do Paraquedista. Endossa o discurso do deputado Carlos Giannazi a respeito das isenções de impostos às pessoas com deficiência. Tece críticas à celeridade na aprovação de projetos do governador nesta Casa. Defende a manutenção de direitos dos servidores.
4 - CARLOS GIANNAZI
Considera exposição a obrigatoriedade do uso de adesivos sinalizadores em veículos de pessoas com deficiência. Lamenta a sanção da Lei 1.361/21. Apresenta vídeo de campanha de João Doria a prometer valorizar o funcionalismo público. Lembra a extinção de diversas entidades públicas. Lista medidas do governador contra os servidores. Repudia publicação de comunicado da Secretaria de Educação a proibir servidores escolares de terem acesso à merenda escolar servida aos alunos.
5 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Imediatamente, dou por aberto o Pequeno Expediente iniciando a chamada dos oradores inscritos. Chamo à tribuna o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Emidio de Souza. (Pausa.) Deputado Murilo Felix. (Pausa.)

Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Teonilio Barba. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) A próxima seria a deputada que preside a sessão, mas não vai fazer uso da palavra. Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.)

Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, quero fazer novamente um apelo à Assembleia Legislativa para que nós possamos aprovar os PDLs e os PLs que foram apresentados, os projetos de lei, para resolver, para revogar o fim da isenção do IPVA para as pessoas com deficiência.

Nós temos várias iniciativas. Eu apresentei o PDL nº 1, nós temos também iniciativas do deputado Mecca, do deputado Castello Branco, da deputada Valeria Bolsonaro, do deputado Danilo Balas. São várias iniciativas, e talvez eu esteja aqui deixando algum parlamentar de fora, mas é importante que a Assembleia Legislativa aproveite agora a oportunidade.

Nós vamos votar o Orçamento para 2022. Segundo o governo, houve um aumento importante das receitas. A previsão orçamentária é de aproximadamente 286 bilhões de reais. O governo tem alegado o tempo todo que não há mais crise fiscal em nosso estado, tanto é que o governo está disponibilizando agora e anunciando para todo o estado um investimento de 50 bilhões de reais em obras, um tal de um PAC estadual. Então, não tem mais crise.

É inadmissível que o governo não resolva essa situação e revogue imediatamente o decreto que ele mesmo publicou, o Decreto nº 65.337, de 2020. Esse decreto foi publicado no final do ano passado, no dia 7 de dezembro, e acabou com a isenção para uma boa parte das pessoas com deficiências.

Essas pessoas estão sendo prejudicadas por conta desse decreto, fruto do PL 529. Agora, a Assembleia Legislativa tem uma dívida, porque ela aprovou o 529, como ela aprovou também a Reforma da Previdência, tem uma dívida com os aposentados e os pensionistas, tem que acabar com o confisco.

Eu quero me referir, então, a esse decreto que nós temos que revogar, deputado Telhada, o 65.337. Sei que V. Exa. está também empenhado nessa luta, apoiando esse movimento.

Agora a Assembleia Legislativa tem que tomar uma atitude concreta em defesa desses servidores... Servidores não, a população, porque tem alguns servidores, mas a maioria das pessoas com deficiência estão organizadas, inclusive, deputado Telhada, na Comissão 48.

Elas estão bem organizadas fazendo um trabalho muito importante de conscientização, conversando com os deputados, com os parlamentares, para que haja a aprovação de algum... Eu nem faço questão que seja o meu PDL nº 1, eu até abro mão para a gente talvez apresentar uma nova proposta, ou que o governo faça.

O governo pode revogar. Ele pode apresentar um outro decreto revogando o Decreto nº 65.337. É muito simples, basta que o governo faça. O governo pode revogar. Ele pode apresentar outro decreto revogando o Decreto nº 65.337. É muito simples. Basta o governo ter interesse, já que não há mais crise econômica.

O governo está dizendo que São Paulo é o Brasil que deu certo, que aqui não tem crise. Ele vai disponibilizar agora, no Orçamento de 2022, nós estamos estudando, mais de 60 bilhões de reais em isenção fiscal para os grandes grupos econômicos, para as grandes empresas do estado de São Paulo. Mais de 60 bi. Não milhões: estou falando em bilhões, com "b". Bilhões de reais.

Então, o que custa ao governo revogar essa perversa, sádica e desumana medida, esse sádico Decreto nº 65.337, e devolver a isenção para as pessoas com deficiência na compra do carro, do IPVA? Até porque, não temos acessibilidade nas nossas cidades, no nosso estado em geral, no transporte público.

Um cadeirante, por exemplo, para entrar no transporte público, ele corre risco de vida. As calçadas são esburacadas. É muito difícil uma pessoa pegar um ônibus com uma cadeira de rodas.

Não há garantia, não há acessibilidade no nosso Estado. Por isso que as pessoas precisam, urgentemente, que o Decreto nº 65.337 seja revogado, anulado em caráter de extrema urgência. A Assembleia Legislativa tem todas as condições para reverter essa situação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós que agradecemos, Sr. Deputado. Chamo à tribuna o nobre deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Nobre deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Quero saudar a todos aqui presentes: deputada Janaina, deputado Giannazi, a todos que nos assistem pela Rede Alesp. Quero saudar a Polícia Militar, na figura do tenente Akira, da soldado Bruna, da soldado Raquel e do sargento Ricardo, que hoje fazem a nossa segurança de plenário. Obrigado pelo trabalho que todos vocês executam.

Hoje quero começar falando, infelizmente, do falecimento de dois policiais. O primeiro falecimento é de um policial civil que faleceu num acidente de trânsito, com uma viatura da Polícia Civil. É o policial Jefferson Rogério de Lima, que foi vítima de um acidente. Esse acidente deixou outros dois policiais feridos também, na rodovia Carvalho Pinto, na altura de São José dos Campos.

Ele tinha 20 anos de Polícia Civil. Infelizmente, faleceu nesse acidente de viatura, batendo na traseira de um caminhão na rodovia Carvalho Pinto. Mais propriamente, no trecho de Jacareí. Os outros dois policiais foram socorridos e estão internados. Mas, infelizmente, o policial Jefferson Rogério de Lima faleceu nesse acidente.

Também quero lembrar que hoje foi noticiado o falecimento, lá em São Luís, do sargento da Polícia Militar, Moisaniel Jesus Amorim Pinheiro. Moisaniel Jesus Amorim Pinheiro estava chegando em casa quando ele foi abordado por dois indivíduos, em um carro, e acabou sendo ferido por dois disparos de arma de fogo, um no peito e um na mão esquerda. Infelizmente, também não resistiu aos ferimentos, e faleceu.

Essas notícias me são muito caras porque, anos atrás, passei pelo mesmo problema. Acabei sendo abordado, na porta da minha casa, onde dois vagabundos dispararam 11 tiros contra mim. Mas, graças a Deus, não fui ferido porque estava dentro do carro.

Os tiros acertaram todos no bloco do motor do meu carro. Graças a Deus, e somente graças a Deus, estou vivo. Porque, se não fosse Deus naquele momento, eu não estaria aqui, com certeza. Então, meus sentimentos à família desse policial civil de São Paulo, e do sargento de São Luís do Maranhão, pelo falecimento.

Hoje, dia 22 de outubro, é o dia do aniversário da cidade de Mogi Mirim. Então, um abraço a todos os amigos e amigas da querida cidade de Mogi Mirim. Um abraço a todos.

Hoje é Dia do Paraquedista também. Apesar de na foto estar constando paraquedista militar, hoje, na realidade, é Dia do Paraquedista. Um abraço a todos os amigos e amigas que exercem ou que praticam esse esporte.

Eu sou paraquedista também, formado em 1988 pela DPM aqui de São Paulo. O nosso presidente, Jair Bolsonaro, é paraquedista militar. Então, parabéns a todos os que executam, que praticam esse esporte.

Quero aqui também fazer coro às palavras do deputado Giannazi, das necessidades de que esta Casa tem em dar amparo a muitos setores que estão desamparados em São Paulo. Um deles, o pessoal do PCD, com deficiência física.

Recebi a dona Tania e o Dr. César outro dia no meu gabinete, que foram visitar. Estão com um movimento para retomar os direitos que os PCDs tinham e que, infelizmente, esta Casa tirou. Não é vantagem, não é regalia. É direito. Essas pessoas têm necessidades, e precisam desse apoio do governo, e esta Casa tem obrigação.

É interessante, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, porque aqui, parece que nós fomos eleitos pelo governador. Os deputados desta Casa fazem a vontade do governador. É o que o governador quer. Eles não fazem a vontade do povo. Nós fomos eleitos pelo povo, para trabalhar pelo povo de São Paulo, não pelo governo.

É lógico que nós não vamos atrapalhar o governo nas missões que forem necessárias, mas o governo, infelizmente, nestes últimos anos, tem trabalhado contra o povo de São Paulo, e esta Casa tem sido cúmplice. Eu digo "cúmplice" porque é um crime que tem sido praticado. É um crime. É um crime que nós temos feito. Temos tirado direito do servidor, temos destruído empresas, temos acabado com o funcionalismo público nesta Casa. Isso não pode continuar assim.

Então, realmente, aqui, eu quero adicionar a minha voz ao deputado Giannazi, à deputada Janaina, a todos os deputados que estão nesta luta, não só pelo PDL 22, do qual eu já fui até relator, em um congresso de comissões, mas como passou pela minha comissão agora, e foi aprovado também, mas é necessário que venha a votos isso. É necessário que se traga.

Eu não sei por que esse medo de trazer para o Plenário os projetos que são necessários para a população. Aqui só trazem projeto do governo. Até projeto de deputado não está sendo votado.

Até projeto de deputado, para se votar aqui, é um parto. Mas projeto do governo entra com urgência, e chama todo mundo em Casa, e manda viatura buscar, e dar regalia, e dar presente para deputado, para votar, e os projetos que interessam à população não saem do papel, não se traz para o Plenário.

Então, é necessário que nós coloquemos a mão na consciência e lembremos que nós fomos eleitos pelo povo de São Paulo, para trabalhar pelo povo de São Paulo. Então, deputados, vamos votar, sim, projetos de interesse da população, o retorno dos direitos dos PCDs, aquelas pessoas com deficiência, a perda grandiosa que estão tendo todos o funcionalismo.

Não pense o cidadão que está em casa aí que é só funcionalismo que está perdendo. Todo mundo perde. Porque, quando o funcionalismo para de ser atendido, e ele tem os seus direitos cerceados, a população perde também, porque perde em qualidade, perdem em trabalho, perdem em rapidez, perdem em solução, e é muito importante que nós venhamos entender que é necessário manter os direitos do nosso funcionalismo.

Eu quero aqui, só para encerrar... Eu sei que esse programa é acompanhado em muitas cidades do interior. Mandar um abraço para todos os nossos amigos e amigas que nos acompanham diariamente aqui pela Rede Alesp. Mas uma pessoa especial, que quero mandar um abraço para um amigo lá de Torrinha, que foi várias vezes vereador na cidade.

É o senhor Adelino Loca. Ele inclusive acompanha aqui, deputada Janaina, deputado Carlos Giannazi. Como eu sei que tenho pessoas que ligam para o senhor e para a senhora também, falando que nos acompanham. Então, obrigado, Loca, por estar acompanhando nosso trabalho aqui. Um abraço para todo mundo de Torrinha e região.

Muito obrigado. Esse apoio é importante, porque, muitas vezes, como hoje, nós estamos aqui neste Plenário praticamente vazio, e tem hora que a gente se sente até um pouco desanimado, constrangido, porque a gente fala só para a câmera e para um ou dois deputados, mas quando a gente tem esse retorno, de que vocês estão acompanhando não só na cidade de São Paulo, mas em todo Estado, é importante esse retorno para a gente. Muito obrigado pelo apoio. Contem com o nosso trabalho.

Eu saudei a Polícia Militar aqui e estou vendo os colegas da Polícia Civil ali. Eu não sei o nome de todos, mas os saúdo em nome do Maurício, que é meu colega há muitos anos, policial civil, da nossa assessoria Policial Civil aqui da Casa também. Obrigado pela presença.

E a Tenente Trombini, a tenente está chegando faz pouco tempo. Prometo, prometo que vou decorar. Eu tive um cabo Trombini também, que trabalhou muito tempo. Eu sempre relaciono os nomes.

Então, a tenente Trombini, que está lá no fundo também nos apoiando. Obrigado, tenente, pelo serviço da senhora e de toda a equipe da Assessoria Policial Militar e também da Assessoria da Polícia Civil.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós que agradecemos, Sr. Deputado. Dando sequência à lista de oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Raul Marcelo. (Pausa.)

Damos início à leitura da Lista Suplementar de inscritos. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Janaina, ainda nesse assunto, deputado Telhada, V. Exa. que tem se engajado bastante na luta para a revogação desse perverso Decreto nº 65.337, e a deputada Janaina também tem feito vários esforços nessa direção, eu queria só ressaltar que não consegui...

Tinha terminado o meu tempo no meu primeiro pronunciamento, mas tem também uma questão que eu queria levantar até mostrando um adesivo que as pessoas com deficiência são obrigadas a colocar em seus automóveis. É um adesivo enorme com o número do decreto, identificando a pessoa. É este daqui, deputada Janaina: "Propriedade de pessoa com deficiência isenta de IPVA". E cita esse Decreto nº 65.337, de 2020.

Essa pessoa fica exposta. Este adesivo compromete a segurança da pessoa, é constrangedor para a pessoa com deficiência e, na verdade, ele é parcialmente falso, porque esse decreto extinguiu a isenção para milhares de pessoas. Ele garante a isenção só para uma parte das pessoas, para um segmento das pessoas com deficiência. É um absurdo esse decreto.

Agora, colocar um adesivo desses é expor as pessoas com deficiência. Por exemplo, um assaltante pode pensar: "Ali tem uma pessoa frágil que não vai conseguir reagir a um assalto".

Está expondo a pessoa, este adesivo, a obrigatoriedade deste adesivo. E é propaganda também para o governo estadual, dizendo que está dando isenção. Quem vê pensa que a isenção é geral, mas não é. Ela só beneficia uma parte da população, das pessoas com deficiência.

Então, queria fazer essa ressalva aqui, esse adendo ao meu primeiro pronunciamento e já dizer que, infelizmente, hoje já foi sancionada a lei do PLC 26. O governo foi ágil na sanção da lei. Normalmente demora um tempão.

Quando é um projeto de deputado demora, o governo só sanciona no último dia daquele prazo estipulado pelo Regimento. São 15 dias úteis a partir do momento em que o governo recebe o autógrafo. Essa lei foi promulgada hoje no "Diário Oficial". É a Lei nº 1.361, de 2021, com todas as maldades aprovadas pela Assembleia Legislativa, com todos os ataques aos nossos servidores e servidoras.

Eu só queria mostrar também um vídeo que tem muito a ver com esse PLC 26, com a lei publicada hoje, do quanto o governador Doria faz jus ao apelido que ele tem de João "Pinóquio" Doria, sobretudo no que tange a questão dos servidores públicos. Tem um vídeo que preparei, deputada Janaina.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Então, olha só, é um funcionário da Sucen apoiando o governador Doria. Governador Doria, ainda candidato, na eleição de 2018, se comprometendo a investir, a não acabar com o funcionalismo.

E ele estava conversando - prestem atenção - com um uma pessoa, um funcionário, um servidor público da Sucen, que é a Superintendência de Combate às Endemias. Olha só a gravidade da situação, a que ponto chega a mentira do governador.

Uma das primeiras coisas que ele fez foi extinguir a Sucen. Esse funcionário, esse servidor que fez campanha, estava com adesivo 45, do PSDB, fez campanha para o governador; o governador se comprometeu publicamente. Vamos assistir de novo ao vídeo; faço questão. E ele extinguiu a Sucen. A Sucen não existe mais. Olha só o absurdo. Ela foi extinta na aprovação do PL 529.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Está aqui, pessoal, a lei publicada hoje, do João Doria, a Lei no 1.361, que foi sancionada a partir da aprovação do PLC 26, que acabou, praticamente congelou o reajuste do adicional de insalubridade dos servidores da Segurança Pública, da Saúde, do Sistema Prisional; acabou o abono de permanência; acabou com as faltas abonadas e uma boa parte das faltas injustificadas dos servidores, para facilitar a exoneração; neutralizou os reajustes salariais e, sobretudo, a reposição das perdas inflacionárias quando institui essa bonificação generalizada.

São vários os ataques aos servidores. Então, para a gente perceber que não dá para acreditar na palavra do João Pinóquio Doria. São vários os ataques aos nossos servidores.

Queria encerrar minha fala, deputada Janaina, manifestando a minha indignação, porque foi divulgado um comunicado da Secretaria Estadual de Educação... É o comunicado... Eu tenho aqui o número dele. É o comunicado da chefia de gabinete da Secretaria da Educação, que foi publicado agora no dia 18 de outubro, proibindo que os servidores da Educação, os agentes de organização escolar, os professores tenham acesso minimamente à merenda escolar que é servida para os alunos.

Em muitas redes de ensino, os professores acompanham na hora do intervalo, inclusive almoçando com os alunos, porque isso não tem impacto nenhum na distribuição da merenda escolar.

Inclusive, é até pedagógico, é importante que os servidores também tenham acesso à merenda para ver se ela tem qualidade. E também é uma forma de compensar o famoso vale-coxinha.

O vale-coxinha da rede estadual, hoje, é de 12 reais, por exemplo, para os agentes de organização escolar, para compensar os baixíssimos salários, o arrocho salarial.

E agora saiu um comunicado na prática proibindo que os servidores da Educação tenham acesso à merenda escolar, da qual uma boa parte, depois, é jogada no lixo, porque às vezes não é totalmente consumida pelos alunos. Eu conheço porque sou diretor de escola, eu sei como funciona.

Então, não custa nada, não tem impacto nenhum, mas a Secretaria da Educação soltou esse comunicado alegando que há uma legislação federal, de controle, do TCU. Mas é uma interpretação muito, eu diria, positivista da lei.

E não há nenhum esforço do governo em tentar resolver essa situação buscando uma saída, como houve uma saída em 2017, porque esse comunicado torna sem efeito o Comunicado no 23-A, de 19 de setembro de 2017.

Eu me lembro que nessa época nós fizemos um movimento aqui em São Paulo e inclusive eu apresentei um projeto de lei garantindo que os servidores da Educação tenham acesso também a merenda distribuída nas escolas.

Mas, enfim, como é um governo que me parece que tem ódio em relação aos servidores públicos, é mais uma medida do governo Doria contra os nossos servidores, principalmente os servidores do Quadro de Apoio Escolar, que são os mais prejudicados por conta dessas medidas.

Muito obrigado, deputada Janaina.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - E havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - É regimental. Nós que agradecemos, Sr. Deputado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, desejando a todos um final de semana harmonioso e com muita saúde.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 01 minuto.

* * *

25 DE OUTUBRO DE 2021
54ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: MAJOR MECCA e RICARDO MELLÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Exibe postagem em rede social do governador João Doria advogando pelas privatizações no Estado. Defende o Estado Democrático de Direto, previsto na Constituição. Lembra isenções fiscais de mais de 60 bilhões de reais às empresas privadas. Tece críticas à atuação do governador. Comenta o anúncio de instalação de mais sete praças de pedágios em São José do Rio Preto e Barretos. Alerta para aumento do custo de vida na região.
3 - RICARDO MELLÃO
Assume a Presidência. Defende o liberalismo.
4 - MAJOR MECCA
Exibe vídeo, que considerou como campanha antecipada do governador, em evento em Ribeirão Preto. Comenta o aumento de latrocínios no Estado. Menciona escala de serviço de agentes de Segurança e viaturas no quarteirão da residência do governador. Apresentou vídeos de reportagens de roubos em diferentes regiões. Alega falta de política pública de Segurança.
5 - CONTE LOPES
Endossa o discurso do deputado Major Mecca. Tece críticas à atuação do governador. Lembra carreira na Polícia Militar. Comenta o aumento de roubos no Estado. Destaca a nomeação de rua e travessa em sua homenagem no Jardim Nova Conquista.
6 - CARLOS GIANNAZI
Denuncia a superlotação de salas na Educação Infantil em escolas municipais. Considera a prática prejudicial ao aprendizado. Critica o retorno obrigatório às aulas presenciais. Repudia o texto do Sampaprev 2. Lembra a aprovação do reajuste salarial do prefeito e cargos de confiança em São Paulo.
7 - CONTE LOPES
Discorre sobre os vídeos exibidos pelo deputado Major Mecca. Comenta sua atuação em carreira militar. Repudia a instalação de câmeras nos uniformes dos policiais. Critica políticas de Segurança Pública do governador.
8 - CARLOS GIANNAZI
Comenta a publicação de manifesto de médicos do Hospital Público do Servidor, com análises e críticas às instalações e déficit de funcionários. Lamenta a aprovação do PL 529/20. Clama pela valorização e reajuste salarial do quadro de apoio escolar.
GRANDE EXPEDIENTE
9 - JANAINA PASCHOAL
Menciona participação em ato de homenagem ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Diz ter enviado emendas para área da Educação. Afirma que o PSL já apresentou diversas emendas à Lei Orçamentária Anual de 2022. Solicita esclarecimentos sobre o aumento do Orçamento previsto para obras rodoviárias. Mostra-se contrária à instalação da CPI que pretende averiguar os trabalhos da Prevent Senior durante a pandemia. Discorre sobre termo de ajustamento de conduta assinado pela empresa citada.
10 - ALTAIR MORAES
Pelo art. 82, defende o uso de tarja indicativa de idade em livros. Repudia matéria a respeito do assunto. Exige direito de resposta referente à matéria citada.
11 - JANAINA PASCHOAL
Pelo art. 82, comenta termo de ajustamento de conduta assinado pela Prevent Senior. Questiona quais seriam os medicamentos indicados para o tratamento da Covid-19. Afirma estar sendo censurada em várias redes sociais.
12 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO
Registra a presença do vereador Fabrício Polezi, de Piracicaba.
13 - CARLOS GIANNAZI
Exibe vídeo do governador João Doria em evento. Tece críticas ao mesmo. Diz que o governador extinguiu diversos institutos. Denuncia a falta de verba do Iamspe. Repudia fala do presidente Jair Bolsonaro a respeito da vacinação. Afirma que o mesmo está sendo acusado de diversos crimes. Tece críticas ao governo federal.
14 - CONTE LOPES
Endossa o discurso da deputada Janaina Paschoal, sobre indicações do Ministério Público a respeito de prescrição de medicamentos para tratamento da Covid-19. Diz que o governador João Doria utiliza aparatos públicos para realizar a segurança privada de sua residência. Discorre sobre a relação do governador estadual com outros políticos. Mostra-se contrário aos trabalhos da CPI da Covid-19.
15 - GIL DINIZ
Comenta número de mortos, vítimas da covid-19 no estado de São Paulo. Exibe vídeo de João Doria em evento. Diz que o Ministério Público deveria investigar a conduta do governador. Afirma que ele estaria fazendo campanha eleitoral antecipada. Reproduz vídeo em que João Doria se recusa a responder pergunta de uma cidadã. Mostra-se contrário a termo de ajustamento de conduta proposto pelo Ministério Público, e assinado pela Prevent Senior.
16 - JANAINA PASCHOAL
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 26/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Major Mecca.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PSL - Boa tarde a todos. Hoje, dia 25 de outubro de 2021, abertura da sessão ordinária do Pequeno Expediente da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Daremos início à relação de oradores inscritos no Pequeno Expediente. Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para uso da palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Deputado, o governador Doria hoje fez uma postagem em sua rede social que eu queria mostrar aqui. Uma postagem que, na verdade, ele nem precisaria fazer porque é muito claro para todos nós que os governos do PSDB, sobretudo o governo Doria, é um governo pró-mercado.